



GT 001. A antropologia da morte: perspectivas etnográficas em diálogo.

Hippolyte Brice Sogbossi (Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergip) - Coordenador/a, Thiago Zanotti Carminati (Universidade Regional do Cariri) - Coordenador/a

A importância dos estudos sobre a morte é inegável. Nem sempre teve a atenção adequada esse fato universal. Aos poucos, surgem estudos especializados em vários domínios do conhecimento. A morte é um fenômeno físico, social e cultural e desperta muita curiosidade. Um acontecimento, experienciado, vivido de múltiplas formas que implicam os vivos na situação de observadores da morte do outro. Mas há também a não-morte: a carne morre, mas a pessoa vive. A atual proposta, considerando a diversidade de enfoques sobre o fato, objetiva acolher e discutir trabalhos transdisciplinares, sendo que o diálogo com a antropologia é fundamental. Estudos comparativos também são bem vindos, e os enfoques deverão questionar e contextualizar as teorias hegemônicas ocidentais sobre a morte. Preferência será dada a etnografias que versam sobre a temática, em situações como o suicídio, a morte por desaparecimento, o falecimento como resultado de doenças, a morte misteriosa, o infanticídio, o assassinato, o feticimento e os rituais religiosos ligados; enfim, morte como ligada a contextos políticos, sociais, biológicos e culturais.

A morte por jejuvy e batotaa: suicídio entre os Guarani Kaiowa e Karaja no Centro Oeste brasileiro.

Autoria: Sofia Santos Scartezini, Claudemiro Lescano Guarani Kaiowa.

A questão do suicídio é o que funda o campo semântico que constrói este work. Esta pesquisa é um esforço metodológico em discutir os casos alarmantes de suicídio em duas populações indígenas: Guarani Kaiowa e Karajá. Superando as limitações intrínsecas a um estudo comparativo entre os grupos linguísticos Tupi-Guarani e Macro-Jê, este work não se limita a um estudo que objetiva meramente construir paralelos, mas em discutir a situação “epidêmica” dos casos de suicídio relacionada a essas duas populações. Nesta pesquisa as pluralidades epistêmicas desafiam a construção do conhecimento antropológico desde a pesquisa etnográfica até a escrita: é uma pesquisa conjunta de uma mestranda, não indígena, em antropologia que trabalha com a população Karajá desde 2013 e um mestre Guarani Kaiowa formado em Educação. Os dados mais recentes apontam que a taxa de suicídio entre indígenas apresenta índices 2,3 vezes superior ao número de mortes entre os não indígenas brasileiros. No contexto Karajá, em 2002 o primeiro caso foi registrado, oficialmente. Em 2010, um caso atípico de suicídio por enforcamento deu início a um alarmante período em que esta modalidade de suicídio tomou dimensões de crise, tendo ocorrido 02 óbitos e 33 tentativas. O método preponderante de suicídio passou a ser enforcamento. Os números tiveram um grande pico entre 2011 e 2012, com mais 15 óbitos. Até 2016, dados do Ministério da Saúde através da Secretaria Especial Indígena (SESAI) e do DSEI/Araguaia (Diretório de Saúde Indígena responsável pela região) atualizam o número de suicídios para 35 óbitos. Desde 2017 não há dados governamentais atualizados disponíveis, entretanto, dados etnográficos apontam que o número sequer estabilizou-se. (Nunes, 2016) (Torres, 2012). Os motivos são subjetivos, os Karajá atribuem a feitiçaria. No contexto Guarani Kaiowá, de acordo com os registros do Polo Base da SESA-MS que atende a 07 aldeias na região de Amambai-MS, aponta taxas alarmantes de suicídio até 2015. Após este ano, os dados apontam uma diminuição dos casos. De acordo com registro, em 2015 ocorreram 16 suicídios. Já em 2016 foram registrados 03 casos. Em 2017, registrou-se 08 suicídios. E em 2018, total de 04. O suicídio é considerado um mistério, uma manifestação de algo imaterial que é



causado por xamanismo que em Guarani chama-se mohãy, araguaju, simpatia: são rezas proibidas. Trata-se de uma reza Guarani, mas a simpatia vem do conhecimento do Paraguai, não é aceito pelos rezadores. Os casos acima demonstram a relevância e necessidade de um estudo reflexivo sobre esses casos no Centro Oeste brasileiro.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**